

Ata de Número 389, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2024/2026).

1 Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o Conselho Municipal
2 dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Palhoça reuniu-se em Assembleia
3 Ordinária, com início às 14h, no Auditório da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Hilza
4 Terezinha Pagani, 280 - Passa Vinte, Palhoça. Estiveram presentes os seguintes conselheiros:
5 Adriana Saraiva Machado Leão (SMF), Alexandra Bianca de Souza (SMMP), Ariane Carla
6 Adriano Mafra (SME), Carini Alves de Souza (AEBAS), Everton Carlos Mathias (CADI), Adriana
7 Lamin (SMS), Daniela da Silva Bombazaro (APAE), Reginalda Souza Pinto (Associação Laura dos
8 Santos), Maria Aparecida da Silva Martins (SMAS), Pamella Silva Schmidt (SMSP), Sérgio Murilo
9 Pereira, as conselheiras tutelares Gersilene e Elesomir, a convidada Aline da Silva Rocha da
10 Silveira (Instituto Pedra Branca), além da secretária executiva do CMDCA, Eriane Martins, e da
11 assistente administrativa, Huaina Schmitz. **Justificativa de ausência:** Não houve justificativas.
12 **Abertura:** Com quórum estabelecido, o presidente Sr. Everton Carlos Mathias deu início à
13 reunião saudando os participantes e, em seguida, prosseguiu com a aprovação da ata da 388ª
14 reunião ordinária do CMDCA (novembro/2024), a qual foi aprovada sem alterações. Na
15 sequência, a palavra foi passada às comissões: **Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e**
16 **Formação-** A secretária executiva informou que o único item em pauta era a análise do Plano
17 de Ação e Aplicação, e que as comissões de normas e finanças fizeram apontamentos que
18 serão submetidos à apreciação do plenário. **Comissão de Comunicação, Divulgação e**
19 **Captação de Recursos-** A comissão apresentou o resultado da análise de revisão do livreto do
20 ECA, sendo acordado que seria solicitado ao Sr. Carlos, ex-servidor da Secretaria de
21 Assistência, o envio do arquivo para que a conselheira Rogéria realize as alterações
22 necessárias. Quanto à arte do cartaz do processo de eleição do Conselho Tutelar, definiu-se
23 incluir título (espaço destinado à data do processo de escolha), site e telefone do CMDCA,
24 além dos logos da Prefeitura, Conselho Tutelar e CMDCA. A conselheira Maria Aparecida ficou
25 responsável pela elaboração do modelo e posterior envio ao grupo para apreciação dos
26 demais membros. Durante a reunião, discutiu-se o afastamento das conselheiras tutelares,
27 destacando a urgência na escolha dos novos membros para evitar desfalque no Conselho. A
28 secretária executiva informou que, em reunião de outra comissão, foi sugerido que o
29 presidente Everton contatasse Ismênia para verificar a possibilidade de realizar o bloqueio da
30 dotação orçamentária ainda este ano. O presidente comunicou estar fora do município e
31 sugeriu que o vice-presidente Sérgio o representasse. Para agilizar a situação, a conselheira
32 Pamella se dispôs a tratar do assunto pessoalmente e solicitou acompanhamento. Como não
33 houve manifestação dos demais membros, a secretária executiva Eriane se prontificou a
34 acompanhá-la. **Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições-** A comissão analisou os
35 modelos de planos de ação e discutiu os formatos mais adequados à realidade do município,
36 considerando teto e formas de aplicação. A conselheira Daniela explicou a estrutura do plano
37 e destacou que sua definição requer a apresentação do extrato do FIA, a ser solicitado pela
38 Comissão de Orçamento e Finanças Públicas. Apresentou também a Resolução nº 137 do
39 CONANDA, seção IV, Art. 15, que estabelece as ações governamentais e não governamentais
40 a serem incluídas no plano de aplicação, sendo aprovada por todos presentes.

Ata de Número 389, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2024/2026).

42 A secretária executiva, Eriane Martins, sugeriu à comissão a elaboração de um esboço do
43 plano de aplicação e posterior distribuição dos valores após recebimento do extrato do FIA. A
44 comissão deliberou sobre o formato e, por maioria, decidiu que o plano de aplicação seguirá
45 as diretrizes da Resolução nº 137 do CONANDA, Art. 15. Definiu-se ainda que serão
46 estabelecidas metas de curto prazo, alinhadas ao plano geral, ajustáveis conforme
47 necessidades e demandas ao longo de 2025. Considerando que o curto prazo para
48 recebimento do extrato do Fundo inviabiliza a publicação ainda em 2024, foi aprovada a
49 proposta de divulgação e publicação do plano de ação e aplicação em fevereiro de 2025. A
50 conselheira Alexandra relatou as visitas realizadas ao Conselho Comunitário Padre Réus e
51 Instituto Pedra Branca, onde foram esclarecidos os documentos faltantes para inscrição no
52 CMDCA. Informou que durante a visita ao Instituto Pedra Branca foi identificado que o
53 presidente é o Marcelo Consonni Gomes. Durante a conversa, surgiu a possibilidade do
54 instituto organizar uma capacitação, considerando a contratação do Elton para uma palestra
55 direcionada a empresários e contadores. Sugeriu ainda a entrega pessoal dos convites,
56 explicando a importância do fundo para o município. Alexandra ressaltou que é urgente
57 mudar a Lei Orgânica que exige que os projetos passem pela Câmara de Vereadores. Ela
58 explicou que toda essa burocracia acaba prejudicando a imagem e o trabalho sério do CMDCA,
59 pois mesmo depois de todo o esforço de mobilizar contadores e empresários para fazerem
60 doações, o dinheiro fica parado sem poder chegar às entidades. Destacou que os conselheiros
61 precisam procurar os vereadores para explicar essa situação complicada e resolver logo essa
62 questão na lei, antes que o CMDCA perca a credibilidade com seus parceiros que tanto se
63 empenham para ajudar nos projetos sociais. A conselheira Daniela sugeriu trabalhar
64 paralelamente à Resolução em elaboração pela comissão e, quanto à alteração da Lei
65 Orgânica, recomendou consultar previamente a procuradoria do município antes de
66 encaminhar à Câmara de Vereadores, propondo a organização de uma agenda para tratar
67 dessas questões. A conselheira Daniela sugeriu trabalhar paralelamente à Resolução que
68 estabelece os critérios de utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança
69 e do Adolescente, atualmente em elaboração pela comissão e, quanto à alteração da Lei
70 Orgânica, recomendou consultar previamente a procuradoria do município antes de
71 encaminhar à Câmara de Vereadores, propondo a organização de uma agenda para tratar
72 dessas questões. **Comissão de Apoio ao Conselho Tutelar-** Foi enviado memorando n.
73 114.761 aos Conselhos Tutelares em 26/11, solicitando o Relatório Estatístico Anual de
74 atendimentos de violações de direitos de crianças e adolescentes por bairro. Como não houve
75 retorno a comissão deliberou estender o prazo para entrega até 18/12. Em relação ao Plano
76 de Ação e Aplicação do CMDCA, a comissão não apresentou observações. Na discussão sobre
77 possível nova divisão de bairros entre os Conselhos Tutelares, a conselheira Pamella ressaltou
78 que, diante do possível afastamento de conselheiras tutelares, conforme ofício do Ministério
79 Público compartilhado pelo presidente Everton, poderá ser necessária nova divisão.
80 Acrescentou que, nesta situação, não poderiam ser concedidas férias às conselheiras até que
81 o quadro esteja completo. O conselheiro Sérgio informou para o plenário que as férias serão
82 canceladas até a finalização do processo eleitoral suplementar do Conselho Tutelar. Sobre a

Ata de Número 389, da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente– CMDCA – (GESTÃO 2024/2026).

solicitação para o CMDCA promover imediata eleição suplementar do Conselho Tutelar, a comissão sugeriu que o presidente dialogue com Ismênia ou o Prefeito Municipal, visando ao desbloqueio da dotação orçamentária ainda neste exercício, para possibilitar o início do processo licitatório em janeiro de 2025. A conselheira lêda propôs a criação de um terceiro conselho, considerando o crescimento populacional do município, que já ultrapassa 200 mil habitantes, sugerindo que essa proposta fosse aproveitada no contexto da realização da nova eleição suplementar. A proposta não foi votada nesta plenária. **Comissão de Orçamentos e Finanças-** Sobre a escolha do Coordenador e Relator da Comissão, os membros presentes deliberaram por realizar a eleição na próxima reunião, considerando a ausência de alguns membros. Quanto ao Plano de Ação e Aplicação do CMDCA, a conselheira Daniela sugeriu aguardar o envio do saldo financeiro do FIA para realizar a distribuição dos valores entre as ações. A conselheira Adriana Saraiva destacou a necessidade de assessoria contábil na comissão, e Daniela complementou sugerindo também assessoria jurídica. A comissão propôs ao plenário a contratação de assessoria contábil, com experiência em orçamento público, e jurídica, considerando a importância dessas consultorias para garantir legalidade, conformidade e eficiência na gestão dos recursos e na tomada de decisões estratégicas do CMDCA, sendo aprovado por unanimidade. Por fim, foi informado sobre o Memorando 118.552/2024 enviado à SMAS solicitando os Balancetes financeiros referentes ao período de agosto a novembro de 2024 e Extrato contábil atualizado do FIA, sem retorno até a presente data. **Outras deliberações/informações relevantes:** 1) Recebido Ofício 1076/2024/01PJ/PAL do Ministério Público, referente à ação civil pública ajuizada para o afastamento das Conselheiras Tutelares do Conselho Tutelar Proteção, com solicitação de promoção imediata de eleição suplementar pelo CMDCA. Durante a plenária foi levantada a questão sobre a alteração na lei do Conselho Tutelar referente ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD), sendo informado que a Resolução 64, que propõe alterações na Lei Municipal nº 209/2015, foi enviada em 23/09/2024 e até a presente data não houve retorno do Ministério Público, sendo deliberada a reiteração do documento. 2) Criação da Comissão Eleitoral para o próximo processo de escolha de Conselheiros Tutelares. Dispuseram-se a participar os(as) seguintes conselheiros(as): Alexandra, Pamella, Regi e Carini. A conselheira Pamella sugeriu incluir Ana, ficando pendente confirmação. **Ratificação das Deliberações realizadas via Grupo WhatsApp da Gestão 2022-2024:** 1) Dia 11/12/2024 - Em resposta à solicitação do Ministério Público sobre imediata realização do processo eleitoral do Conselho Tutelar, foi votada a sugestão de prorrogar o afastamento das conselheiras tutelares. A proposta, que incluiria na resposta as informações fornecidas por Ismênia e a proposta de prorrogação, foi rejeitada por 9 votos contrários. **Documentos enviados:** Ofício n. 056/2024/CMDCA ao MP - Resposta ao Ofício nº 0681/2024/02PJ/PAL. Ofício n. 057/2024/CMDCA à SME - Recomendação de adequação da Portaria de Vagas ao Manual do Sistema APOIA. Ofício n. 058/2024/CMDCA à SEE - Solicitação de informações sobre o plano de expansão de escolas e vagas estaduais em Palhoça. Ofício n. 059/2024/CMDCA ao MP - Informações sobre os ofícios enviados à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Estadual de Educação. Memorando 114761 aos CTs - Solicita o Relatório Estatístico Anual dos atendimentos relativos a violações de direitos de crianças e

[illegible]